



CONACON

Congresso Nacional da Carreira
de Finanças e Controle

Edição Especial

A CARREIRA DE FINANÇAS E CONTROLE NO NOVO CICLO POLÍTICO BRASILEIRO

Reconfiguração do Estado,
Responsabilidade Fiscal,
Combate à Corrupção
e Democracia





Desafios de um novo ciclo político

3º Conacon fixa diretrizes para a atuação do Unacon Sindical e da carreira de Finanças e Controle em meio a cenário crítico para o serviço público

Durante três dias, delegados e observadores congressuais de todos os estados do país se debruçaram, em Brasília, sobre a definição dos rumos da atuação do Sindicato e da carreira para os próximos anos. Para fomentar os debates, o Congresso recebeu palestras de autoridades públicas e especialistas, que avaliaram cenários e contribuíram com a concepção das perspectivas e dos desafios que a conjuntura atual impõe, em linha com a temática do evento: “A carreira de Finanças e Controle no novo ciclo político brasileiro: reconfiguração do Estado, responsabilidade fiscal, combate à corrupção e democracia”.

A terceira edição do Conacon foi realizada em meio ao cenário mais desafiador para o serviço público das últimas décadas. As respostas do governo à grave crise pela qual o país passa nos últimos anos têm, invariavelmente, apontado para a radicalização de reformas que fragilizam direitos – como no caso da trabalhista, da previdenciária e da administrativa –, reduzem o tamanho e o papel do Estado na economia e na proteção social e comprimem o gasto público.

A aposta na minimização do Estado e na austeridade permanente, no entanto, deixa a sociedade e o serviço público reféns de um círculo vicioso de sacrifícios sem data para terminar: congelamento do salário mínimo, cortes no seguro desemprego e no abono salarial, flexibilização dos direitos trabalhistas, redução dos mínimos em educação e saúde, diminuição no valor das aposentadorias e alíquotas previdenciárias confiscatórias no serviço público; e agora as ameaças de redução de salário dos servidores, de conge-



lamento de progressões, do fim da estabilidade, da extinção de carreiras, do cerceamento da atuação sindical etc.

O desmonte avança. É ilusão pensar que as atividades típicas de Estado, como as de Finanças e Controle, passarão incólumes por este processo. Resistir é preciso. E a união da carreira, aliada ao protagonismo do Sindicato no movimento social, na interlocução com os Poderes e no debate público, é o instrumento de que dispomos para lutar.

Em pouco mais de três décadas, todas as nossas conquistas passaram por esses dois vetores: unidade de luta e atuação sindical. Agora não será diferente. Com diretrizes definidas para os próximos anos, que abarcam o desenvolvimento

institucional da CGU e da STN, o caráter típico de Estado da nossa carreira e política e modernização sindical, o Unacon Sindical seguirá na defesa da efetivação de mecanismos essenciais ao bom desempenho das funções dos servidores da carreira de Finanças e Controle. Isso se confunde com o próprio interesse público quando pensamos na importância das finanças públicas orientadas para o crescimento sustentável e com inclusão, da transparência e do controle social das políticas públicas, ou do combate republicano à corrupção.

Veja, a seguir, um resumo das discussões que tiveram lugar nos painéis do evento e a pauta reivindicatória aprovada pela Plenária.

Boa leitura!

Diretoria Executiva Nacional do Unacon Sindical

Diretoria Executiva Nacional

Rudinei Marques

Presidente

Daniel Lara

Vice-Presidente

Bráulio Cerqueira

Secretário Executivo

Arivaldo Sampaio

Diretor de Finanças

Roberto Kodama

Diretor de Assuntos Jurídicos

Roberta Holder

Diretora de Filiados

Frederico Carlos Janz

Diretor de Comunicação Social

Conselho Fiscal Nacional

Antonio José da Silva, Laura Márcia Safi e Mary Joyce Rocha

Conselho de Ética Nacional

Adriano Almeida, Estevam Henrique Barbosa
e Rogério Honorato

Delegados Sindicais do Distrito Federal

Aristides Costa, Corinto Santos, Carlos Alberto Pio, Dalvina Macedo, Eric Lisboa, Gabriel Junqueira, Luiz Alberto Vieira Filho, Rafael Perez, Manoel Messias, Marussia Pires, Wellyngton Fábio Lima de Rocha, Zeles de Oliveira Flor

Delegados Sindicais nos Estados

Abelardo Jorge Lessa Lopes - PE, Adelson Vilhena Neves - AP, Alex Gomes da Silva - AM, Ana Maria Balthar Pinto Machado - RJ, Armando Gonçalves Mendes de Carvalho - MA, Antônio Edilberto Araújo Barreto - CE, Celso Duarte - RR, Edilson Rodrigues Vidal - AC, Elber Stilben de Souza - MS, Euripedes Rodrigues de Andrade Filho - PI, Filipe Leão - BA, Ícaro de Almeida Fernandes - MT, Jaci Fernandes Sobrinho - GO, Jefferson Medeiros dos Santos - PA, João Colaço dos Santos - MG, José Luiz Pereira de Lima - RS, Khalil Chaves Cruz - RN, Luciano Guilherme Turin - PR, Luciane Monteiro Clacino Marcos Antonio Ferreira Calixto - AL, Maria Esmeralda Rodrigues - PB, Mario Célio da Silva - SC, Sergio Takayuki Takibayashi - SP, Valério Jordão Barbosa - RO, Wander Francisco Coelho de Freitas - ES

Expediente

Jornalista responsável: Samuel Oliveira (11.124/DF)

Arte e Diagramação: Marcelo Rubartelly

Fotos: Cristiano Costa e Claudio Reis

Tiragem: 4 mil

SUMÁRIO



Mesa de Abertura 6

A carreira de Finanças e Controle no novo ciclo político brasileiro



O Futuro do Serviço Público 8

Juarez Freitas propõe reflexões sobre os rumos da Administração



Responsabilização de Empresas 10

Acordos de Leniência, celebrados pela Controladoria-Geral da União desde 2017, totalizam R\$ 13,67 bilhões



Dívida Pública 12

Custo de refinanciamento do Tesouro é o menor da história



Política Fiscal 13

É preciso tirar o dedo do gatilho da austeridade



Prerrogativas 15

Ministro da CGU defende estabilidade como mecanismo de proteção às atividades típicas de Estado



Serviço Público e Democracia 16

Para ex-presidente da OAB, Cezar Britto, instituições públicas existem para estabelecer marcos civilizatórios essenciais ao país



Entrevista 17

“O Estado precisa ser visto como patrimônio coletivo”, afirma Cezar Britto.



Diretrizes 19

Eixos aprovados no 3º CONACON



Opinião dos congressistas 22

Participantes do 3º Conacon falam sobre o sucesso do evento



Galeria 24

Imagens do 3º Congresso Nacional da Carreira de Finanças e controle



A carreira de Finanças e Controle no novo ciclo político brasileiro

Mesa com autoridades dá início ao debate sobre ameaças, oportunidades e responsabilidades no atual cenário

A abertura do terceiro Congresso Nacional da Carreira de Finanças e Controle (Conacon), no dia 27 de novembro, contou com a participação dos deputados Erika Kokay (PT-DF) e Professor Israel Batista (PV-DF), que preside a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. O secretário-execu-

tivo da Controladoria-Geral da União (CGU), José Marcelo de Carvalho, o coordenador-geral de Desempenho Institucional da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Vinícius Neiva, e o secretário-geral do Fonacate, Marcelino Rodrigues, completaram a mesa, mediada pelo presidente do Unacon Sindical, Rudinei Marques.

“É momento de enfrentar a discussão acerca do nosso futuro e também de celebrar a unidade que nos trouxe até aqui”, afirmou Marques no discurso de abertura. O presidente observou, ainda, que o histórico combativo da entidade deve inspirar a continuidade do enfrentamento diante das adversidades que se avizinham.

NO NOVO CENÁRIO RECONFIGURAÇÃO E COMBATE



“Posso dizer, com bastante convicção, que todas as grandes conquistas no seio da carreira, ao longo das décadas, inclusive sua própria criação, foram frutos da luta sindical”, concluiu.

RESISTÊNCIA

A escalada de ataques ao funcionalismo foi alvo das críticas do deputado Professor Israel. Para ele, frente à campanha depreciativa e falaciosa contra os servidores, a principal trincheira de luta se dará no campo da comunicação.

“Não podemos permitir que este debate ocorra sob a égide da desinforma-

ção. Se alguns usam inverdades para moldar a opinião pública, podemos e devemos usar a verdade para combatê-las. Basta termos coragem”, avaliou.

O redesenho das estruturas estatais em curso, fruto de medidas que apontam para a precarização do setor público, como o pacote Mais Brasil e a reforma administrativa em estudo pelo governo, “precisa ser firmemente confrontado”, conforme apontou a deputada Érika Kokay. “O Estado que se concebe para o futuro é o do esgarçamento de direitos, de um povo desassistido e à mercê do mercado”, alertou. A deputada também agradeceu a parceria e fez questão de enfatizar o protagonismo do Unacon Sindical nas mobilizações junto ao Parlamento contra as sucessivas ameaças de retrocessos sociais.

“Se o assunto são os serviços públicos, nós somos os atores qualificados para o debate”, frisou o secretário-geral do Fonacate, ao falar da importância de as entidades de classe estarem inseridas nas instâncias de discussão e definição dos rumos do funcionalismo. Tendo em vista os possíveis riscos provenientes da reforma administrativa, o representante do Fórum defendeu a manutenção de prerrogativas, como a estabilidade, essenciais para o bom desempenho das atribuições dos servidores, em especial daqueles que realizam atividades exclusivas de Estado.

CARREIRA E FUNÇÕES TÍPICAS DE ESTADO

O “caráter estratégico” da carreira de Finanças e Controle norteou o discurso do coordenador-Geral de Desempenho Institucional da STN. De acordo com ele, o cenário econô-

mico impõe ao país o duro desafio de eleger prioridades. E, por sua natureza, a Secretaria do Tesouro Nacional possui um papel relevante para a higidez das finanças públicas e o desenvolvimento sustentado.

“Esta é uma função essencial do Estado. Essencial, pois fomenta a democracia, reduz desigualdades e permite que se possa alocar melhor os recursos e promover o emprego”, afirmou Neiva, defendendo que, para isso, faz-se necessária uma carreira sólida e valorizada.

SOLIDEZ E MODERNIZAÇÃO

O secretário-executivo da CGU saudou o Conacon como oportunidade ímpar para discutir avanços nas competências dos servidores da carreira, em linha com as demandas sociais que, dia a dia, se apresentam. “Eventos como este são fundamentais para propor reflexões pertinentes ao momento”, destacou, reforçando a defesa da estabilidade como instrumento indispensável ao devido cumprimento de suas funções. ■



Posso dizer, com bastante convicção, que todas as grandes conquistas no seio da carreira, ao longo das décadas, inclusive sua própria criação, foram frutos da luta sindical.”

Rudinei Marques
Presidente do Sindicato



Juarez Freitas propõe reflexões sobre o futuro do serviço público

Sem, no entanto, perder
de vista a sua função
preponderante de mitigar os
sofrimentos da população





Iniciando o ciclo de palestras da terceira edição do Conacon, no dia 27 de novembro, coube ao jurista e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Juarez Freitas, o painel “O Futuro do Serviço Público”. Entre desafios e projeções, o especialista propôs uma série de reflexões pertinentes aos rumos da Administração, ante à necessidade de adaptação às novas tecnologias, em constante evolução, e à superação de persistentes obstáculos, que ainda dificultam o atendimento às mais caras demandas sociais.

Freitas pontuou, inicialmente, que o servidor público deve se manter sempre atento à sua função preponderante. “Serviço público tem que mitigar os sofrimentos da população, pensar antecipadamente, se precaver e prevenir”, salientou.

Os avanços inerentes ao teletrabalho e à utilização de tecnologias como

a inteligência artificial precisam ser compreendidos e implementados, assim como quaisquer ferramentas que venham a auxiliar as instituições do Estado no contato com os usuários dos serviços, dando mais celeridade e efetividade. Para o palestrante, é preciso vencer a “lógica do balcão”.

Progressos importantes, mas que não podem suplantar o que chamou de “valorização do trabalho de proximidade”. Juarez observou que a automação representa um importante aliado, mas que jamais deverá substituir o ser humano, pois exige constante supervisão. Inclusive frisou que os mais eminentes guias de referência em gestão constatarem esta realidade. “Precisamos, neste sentido, ser mais humanos do que nunca”.

As propostas em discussão hoje, que miram mudanças nos critérios de avaliação de desempenho são alvos recorrentes das críticas do jurista que, mais uma vez, condenou o “regramento baseado em ameaças”, que

em nada contribui para o aprimoramento do serviço público e, pelo contrário, eleva o clima “adversarial” e “litigioso” entre a Administração e o funcionalismo. O professor afirmou que urgem mudanças nestes parâmetros, porém não conforme os caminhos apontados pelo governo.

É imprescindível ainda, sinalizou, transformar as estruturas hierárquicas “piramidais” vigentes, em formatos mais “horizontais”, “em rede”. A rigidez do modelo atual, ao qual chamou de “ultrapassado”, não se coaduna com as tendências do século XXI e com o perfil de servidor do futuro, consistindo em empecilhos a uma maior produtividade no setor público.

“O serviço público do porvir precisa se tornar republicano e levar isso até as últimas consequências, enfrentando as falhas de governo e, principalmente, de mercado”, concluiu Juarez. ■



O serviço público do porvir precisa se tornar republicano e levar isso até as últimas consequências, enfrentando as falhas de governo e, principalmente, de mercado

Juarez Freitas
Jurista e Professor



Victor Godoy, diretor de Acordos de Leniência da CGU

Acordos de Leniência, celebrados pela CGU desde 2017, totalizam R\$ 13,67 bilhões

R\$ 3 bilhões já retornaram efetivamente aos cofres públicos; resultado supera, com folga, índices anteriores de recuperação de ativos



O acordo de leniência não vai livrar o país da corrupção, pois isso passa por uma mudança de cultura, mas ele se mostrou uma ferramenta efetiva para que o Estado possa dar uma resposta à altura dos anseios da sociedade

Vanir Fridriczewski

Diretor do Departamento de Patrimônio e Probidade da Procuradoria-Geral da União

A responsabilização de empresas envolvidas em práticas ilícitas, por meio do pagamento de multas, definidas em acordos de leniência celebrados pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pela Advocacia-Geral da União (AGU), foi tema de painel no dia 28 de novembro. Na oportunidade, o diretor de Acordos de Leniência da CGU, Victor Godoy, e o diretor do Departamento de Patrimônio e Probidade da Procuradoria-Geral da União, Vanir Fridriczewski, compartilharam com os congressistas alguns dos resultados obtidos.

Desde 2017, foram celebrados 11 acordos, que totalizam R\$ 13,67 bilhões, dos quais R\$ 3 bilhões já retornaram efetivamente aos cofres públicos. “Os patamares anteriores de recuperação de ativos foram superados com folga”, afirmou Victor Godoy.

Vanir Fridriczewski avaliou que a metodologia de cálculo desenvolvida pela CGU, em parceria com a AGU, garante o retorno dos recursos desviados, sem inviabilizar o funcionamento da empresa. O valor da multa pode variar de 0,1% a 20% do faturamento bruto da empresa ou chegar a R\$ 60 milhões, quando não for possível mensurar o faturamento.

“O acordo de leniência não vai livrar o país da corrupção, pois isso passa por uma mudança de cultura, mas ele se mostrou uma ferramenta efetiva para que o Estado possa dar uma resposta à altura dos anseios da sociedade. Primeiro pela recuperação significativa de ativos, segundo pelas mudanças na prática empresarial. É um grande salto”, comemorou Fridriczewski. ▀

MULTAS: COMO É O CÁLCULO?

| | | | |
|-----------|---|-----------|---------------------------------------|
| 1% a 2,5% | Continuidade no tempo | 1% | Não consumação da infração |
| 1% a 2,5% | Tolerância da direção da empresa | 1,5% | Ressarcimento dos danos causados |
| 1% a 4% | Interrupção de obra ou serviço público | 1% a 1,5% | Grau de Colaboração da empresa |
| 1% | Situação Econômica positiva da empresa | 2% | Comunicação espontânea |
| 5% | Reincidência | 1% a 4% | Existência de programa de integridade |
| 1% a 5% | Valor total dos contratos mantidos ou pretendidos (acima de R\$ 1,5 milhões até 1 bilhão) | | |

Soma dos AGRAVANTES

Soma dos ATENUANTES

PISO E TETO

De 0,1% a 20% do faturamento bruto da empresa, ou de R\$ 6 mil até R\$ 60 milhões, quando não for possível calcular o faturamento

Custo de refinanciamento do Tesouro é o menor da história, mesmo com o crescimento da Dívida



Para o subsecretário da STN, José Franco, o nível de endividamento público brasileiro é sustentável, mas requer avanços nas reformas

A gestão, o controle e a transparência da Dívida Pública brasileira estiveram em discussão no 3º Conacon. À mesa, o subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), José Franco, o secretário Federal de Controle Interno Adjunto da Controladoria-Geral da União (CGU), Gustavo de Queiroz Chaves, e o representante da Diretoria de Fiscalização da Dívida Pública do Tribunal de Contas da União (TCU), Joaquim de Albuquerque, apresentaram um panorama do assunto, no dia 28 de novembro.

Para o subsecretário da Dívida Pública, a atual proporção Dívida/PIB, de 80%, inspira atenção. “Existem países em que a relação supera esse patamar, mas são economias maduras”, ressaltou, ao avaliar que, embora a situação seja administrável, é preciso “endereço a questão fiscal” para melhorar os indicadores.

Franco também destacou que, em função do êxito no combate à inflação e da abundância de liquidez internacional, o ciclo de baixa da taxa Selic vem permitindo ao Tesouro se refinar ao menor custo da história, o que beneficia não apenas as finanças públicas, mas toda a sociedade.

MELHORES PRÁTICAS

O secretário Federal de Controle Interno Adjunto da CGU ressaltou que a trajetória da Dívida tem sido afetada pela diminuição de Receitas de Créditos da União junto a Estados e Municípios, decorrentes da mudança de indexadores, do regime de recuperação fiscal e de liminares judiciais. Para ele, reformas estruturais são essenciais para assegurar uma trajetória sustentável.

No que diz respeito à estrutura de gestão da Dívida, Chaves ressaltou que as práticas adotadas pela STN estão alinhadas com os melhores

padrões internacionais, “com estruturação de funções distintas e bem definidas para a realização de suas atividades”.

Também atento à evolução e aos riscos da Dívida, o TCU vem promovendo uma série de ações programadas para acompanhá-la, conforme informou o auditor de controle externo, Joaquim de Albuquerque.

QUEM SÃO OS CREDORES?

José Franco apresentou, ainda, dados para esclarecer a recorrente questão sobre quem são os credores da Dívida Pública brasileira.

“A dívida externa hoje é ínfima. Nossa dívida é doméstica. Os principais credores são fundos de previdência e de investimentos. E por trás desses fundos há pessoas físicas. Os banqueiros representam 23% e estrangeiros 11% do total de credores”, explicou. ■



É preciso tirar o dedo do gatilho da austeridade

Economistas debatem Teto de Gastos, finanças públicas e desenvolvimento

Teto de Gastos, finanças públicas e caminhos para a retomada do crescimento na pauta. Painéis com economistas, realizados nos dois primeiros dias de evento, exploraram as temáticas ligadas ao cenário macroeconômico e se dedicaram à análise da situação fiscal do país e alternativas à política de austeridade em curso.

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal, Felipe Salto, apresentou dados que evidenciam o ainda letárgico crescimento da economia. Para ele, o teto de gastos tem se mostrado “pródigo em criar

regras fiscais, mas não em cumpri-las” e “preconiza um ajuste impossível”.

O foco da política fiscal após a Reforma da Previdência no corte de gastos com pessoal é tido pelo especialista como um ponto de preocupação.

“O governo tem uma despesa com pessoal de 4,4% do PIB, mas por trás disso há uma série de políticas públicas que precisam ser mantidas. Qualquer discussão de reforma administrativa, obviamente, tem que passar por uma discussão do papel do Estado”, afirmou.



“O governo tem uma despesa com pessoal de 4,4% do PIB, mas por trás disso há uma série de políticas públicas que precisam ser mantidas

Felipe Salto

diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal

PLANEJAMENTO INEFICAZ

“É preciso tirar o dedo do gatilho”. Com esta expressão o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, criticou a falta de razoabilidade dos mecanismos de planejamento fiscal, haja vista o excesso de restrições impostas, tanto pela emenda do Teto de Gastos quanto pelo pacote Mais Brasil, recém-lançado pelo governo.

“Precisamos de ajustes previsíveis. Ajustes drásticos, que estão sendo propostos apenas para gerar economia em curto prazo, sem pensar nas consequências de longo prazo, são muito perigosos”, observou.

Além disso, questionou o porquê do ajuste das contas apenas no que se refere às despesas.

SAÍDAS

A professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), Laura Carvalho, fez um diagnóstico amplo da atual crise, mostrando que o ambiente externo teve participação na trajetória de crescimento e recessão do país. De acordo com ela, a deterioração fiscal é explicada, em grande parte, pela queda das receitas e este cenário pouco decorre do crescimento das despesas com pessoal na União.

Na opinião da economista, há equívocos no remédio administrado pelo governo, uma vez que os investimentos, em queda desde 2014, possuem, dentre os componentes do gasto público, o potencial multiplicador mais significativo para a retomada do crescimento.

Neste mesmo sentido, para a professora da Universidade Federal do Rio



de Janeiro (UFRJ), Esther Dweck, o Estado vem se esquivando do papel fundamental de agente indutor do crescimento. “Metade dos estados brasileiros já têm mais trabalhadores informais do que formais; a crise empurrou 4,5 milhões para extrema pobreza; a renda dos 10% mais ricos aumentou mais do que a dos 40% mais pobres; a estrutura de desigualdade que já existe está só aumentando. Grande parte disso tem a ver com o fato de o Estado simplesmente se eximir da sua função estabilizadora”, argumentou.

Também crítico à austeridade, o professor Pedro Paulo Zahluth, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ressaltou que a redução do gasto público influencia negativamente nos resultados do mercado. “O período de maior crescimento foi justamente quando se ampliou o

gasto social. A radicalização atual do neoliberalismo vem acompanhada da redução da taxa de crescimento e investimento. É preciso estar claro que o aumento do investimento público não expulsa o investimento privado, pelo contrário, o estimula.”

Para concluir, o especialista ressaltou que recuperar o crescimento sustentado e o desenvolvimento da economia brasileira é mais importante do que tentar obter, a curto prazo, o equilíbrio das contas públicas. “Só essa retomada pode produzir, ao longo do tempo, uma recuperação também sustentada das receitas tributárias, que estão quase estagnadas. Se o governo buscar equilibrar as contas nesse contexto, ele vai acabar reafirmando esse cenário de estagnação da economia brasileira”, disse. ■



“Não se trata de privilégios. Se trata de um mecanismo de proteção ao servidor que, pela natureza da sua profissão, não pode ter sua capacidade de tomada de decisão, visando o interesse público, ameaçada”,

Wagner de Campos Rosário
Ministro da Controladoria-Geral da União

Ministro da CGU defende estabilidade como mecanismo de proteção às atividades típicas de Estado

Para Wagner de Campos Rosário, é preciso proteger a capacidade de tomada de decisão

Em meio às discussões sobre a reforma administrativa, o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner de Campos Rosário, defendeu, durante participação no 3º Congresso Nacional da Carreira de Finanças e Controle, no dia 29 de novembro, a manutenção da estabilidade para os servidores que exercem atribuições exclusivas de Estado.

Para o ministro, é importante ressaltar que a estabilidade, nesse caso, é

uma prerrogativa essencial para o desenvolvimento do trabalho.

“Não se trata de privilégios. Se trata de um mecanismo de proteção ao servidor que, pela natureza da sua profissão, não pode ter sua capacidade de tomada de decisão, visando o interesse público, ameaçada”, avaliou.

Wagner confirmou que a proposta de reforma administrativa deve ser encaminhada ao Congresso Nacional

em 2020 e que ele e outros ministros, que a princípio não participaram da construção do projeto, terão a oportunidade de colaborar com o aperfeiçoamento do texto. Apesar de manifestar preocupação com a pauta, afirmou ter segurança de que o bom senso vai vigorar.

A diretora de filiados, Roberta Holder, elogiou a postura do ministro. “Ficamos mais tranquilos em saber que alguém que conhece o Estado está atento a essa pauta”, concluiu. ■



O papel do Estado

Na conferência de encerramento, ex-presidente da OAB, Cezar Britto, ressalta que as instituições existem para firmar marcos civilizatórios essenciais ao bom funcionamento do país

Para concluir o ciclo de palestras, o terceiro Congresso Nacional da Carreira de Finanças e Controle (Conacon), recebeu, no dia 29 de novembro, o ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto. O palestrante discorreu acerca da inserção do serviço público no contexto democrático.

“A sociedade vive um estado de disputa, em diversos sentidos, que põe em xeque conquistas históricas e toda uma construção social, instalada após séculos de barbárie”, avaliou Britto. “O que está em disputa? No meu entender, o conceito de Estado, de coisa pública e, até mesmo, de humanidade”, afirmou, destacando que a democracia e suas

instituições existem justamente para firmar marcos civilizatórios essenciais ao bom funcionamento de um país.

“Hoje não há dúvidas sobre a política de desmonte do Estado brasileiro. Não há disfarce. Está sendo quebrado um dos princípios fundamentais da democracia, que diz que o Estado pertence ao público e não aos governantes”, criticou o jurista, citando os recentes ataques sofridos por órgãos públicos, bem como a derrocada de direitos com as reformas trabalhista e previdenciária. Em relação aos servidores, alertou para o caráter altamente nocivo da campanha depreciativa à qual vêm sendo expostos e à tentativa de subtração de prerro-

gativas fundamentais para o bom desempenho de suas funções, como a estabilidade.

Diante da escalada de retrocessos em tela, o ex-presidente da OAB pontuou que é dever individual de todo cidadão, munido de sentidos de justiça e de civilidade, lutar para que a democracia permaneça viva e, mais do que isso, pujante. O palestrante ainda destacou o papel do movimento sindical na defesa do Estado democrático.

“Olhando para esta plenária, percebo que, independente do governante de plantão, a democracia terá em nós grandes lutadores. E isto me dá uma grande esperança”, concluiu, aplaudido de pé pelo auditório. ■

“O Estado precisa ser visto como patrimônio coletivo”, afirma Cezar Britto

Em entrevista, ex-presidente da OAB fala sobre política, sociedade, serviço público e democracia

Aproveitando a passagem pelo 3º Conacon, o ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, concedeu breve entrevista, conduzida pelo secretário executivo do Unacon Sindical, Bráulio Cerqueira. Na conversa, o jurista falou sobre a missão do Estado, as instituições públicas, a conjuntura política e social e suas implicações à democracia.

“O Estado precisa ser visto, acima de qualquer coisa, como patrimônio coletivo”, destacou, acerca da imprescindível utilização da estrutura estatal para o suprimento às demandas da coletividade. Veja, na próxima página, os principais trechos.



Bráulio - Como você enxerga o atual ciclo político, bem como o papel das instituições públicas neste contexto?

Cezar Britto - O Brasil, não diferente do restante do mundo, está em disputa. Estamos num período de muita divisão, entre posições completamente antagônicas, algumas inconciliáveis, que tem gerado problemas, individual e coletivamente. Todavia, precisamos manter firmes os preceitos humanistas que veem na dignidade da pessoa humana a razão de ser da política do Estado.

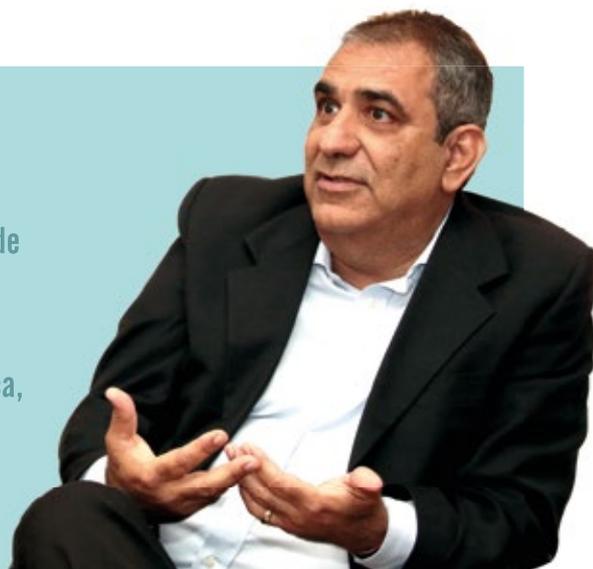
Em relação ao serviço público, uma conquista da humanidade, não é diferente. Importa observar que seu patrimônio não é propriedade privada dos governantes e que alguns princípios fundamentais, como a estabilidade, o concurso público e a impessoalidade, atualmente sob ameaça, devem ser preservados. O Estado precisa ser visto, acima de qualquer coisa, como patrimônio coletivo.

Bráulio - **Função essencial, o combate à desigualdade vem sendo muito questionado neste estágio de crise, ao ponto de surgirem argumentações de que a Constituição Federal não cabe no Orçamento. Você acha que o fato de o Estado se isentar desta competência representa ameaça à democracia?**

Cezar Britto - Vamos partir do conceito universalizado pela revolução francesa que fala de liberdade, igualdade e fraternidade: se não existir uma política de igualdade, mesmo que com liberdade, quem tem mais armas, mais força econômica, sempre terá mais acesso a uma série de instrumentos. Por isso, é preciso ter políticas que favoreçam a



Se não existir uma política de igualdade, mesmo que com liberdade, quem tem mais armas, mais força econômica, sempre terá mais acesso a uma série de instrumentos



igualdade, sem interferir, obviamente, na liberdade e, ainda, temperar este mundo com o outro elemento, a fraternidade. O Estado tem que intervir na economia de modo a buscar a equidade. As políticas de cotas são um exemplo disso.

Bráulio - **A própria Justiça do Trabalho é um elemento que visa equilibrar as relações entre forças completamente assimétricas.**

Cezar Britto - Entretanto, se convencionou dizer que a Justiça do Trabalho e os direitos trabalhistas atrapalham o desenvolvimento do país. Então, fundada nesta mentira, vem uma reforma que piora o ambiente laboral, permitindo, por exemplo, o negociado sobre o legislado. A consolidação deste pacote está na recém-lançada 'carteira verde e amarela', cujo coração é perverso, pois concede menos direitos aos trabalhadores. E, desta forma, a ideia de um Estado de proteção social, infelizmente, vai desmoronando no Brasil.

Bráulio - **Diante deste cenário, o que nós podemos fazer para, num curto prazo, ao menos mitigar os efeitos desta retirada de direitos e, em um**

futuro mais distante, recuperar o espírito de construção de uma nação solidária?

Cezar Britto - A resposta é antiga: somente com união e unidade. O que está acontecendo no mundo e no Brasil? A separação de pessoas e grupos. E isolados nós somos destruídos. A história mostra. Isso está na razão, por exemplo, da ascensão de Hitler, quando ele primeiro ataca os comunistas, depois os judeus, depois a oposição e, por último, implanta o nazismo. Com Salazar e Mussolini também foi assim.

As pessoas se separaram e não compreendem que, para sobreviver, têm que ser um todo. Nós temos que nos unir de novo, conversarmos mais, acharmos que o problema do outro também é nosso problema, tão importante quanto o nosso. Temos de ser mais humildes, no sentido de compreendermos o outro. Aí sim, teremos uma reação importante.

No caso do serviço público, muitos o entendem como 'terra de ninguém'. Somente quando o compreendermos como 'terra de todo mundo', é que passaremos a defendê-lo. ■



Plenária do 3º Conacon aprova 34 diretrizes

Após três dias de discussões, congressistas definem linhas de atuação, com vistas ao fortalecimento da carreira e o desenvolvimento das instituições e do Sindicato

Os três dias de evento foram marcados pelo intenso trabalho nos grupos que se dedicaram a debater as teses e encaminhar propostas para apreciação da Plenária. Cento e trinta e seis congressistas, entre membros natos, delegados e observadores congressuais, dividiram-se, com o objetivo de aprofundar as discussões sobre “Desenvolvimento Institucional da CGU e da STN em meio à reforma do Estado e da Administração” (eixo I), “Fortalecimento da Carreira de Finanças e Controle” (eixo II) e “Política e Organização Sindical” (eixo III).

As vinte e nove teses, encaminhadas de 14 de outubro a 24 de novembro, juntamente com os textos-base, elaborados pela Comissão Organizadora do 3º Conacon, nortearam o trabalho. Como resultado, foram aprovadas

trinta e quatro diretrizes para a atuação do Sindicato e da Carreira nos próximos anos.

VOTAÇÃO

O debate, iniciado nos grupos, foi ampliado na Plenária. A mesa, composta pelo presidente do Conselho de Delegados Sindicais, Filipe Leão, o presidente do Unacon Sindical, Rudinei Marques, o secretário executivo do Sindicato, Braúlio Cerqueira, que representou a Comissão Organizadora, e o delegado sindical do Distrito Federal, Luiz Alberto Vieira Filho, também membro da Comissão, coordenou a deliberação das diretrizes.

A maioria das propostas foi aprovada por unanimidade. Aquelas que receberam sugestões de mérito foram novamente debatidas e, em seguida,

apreciadas uma a uma. O sistema de votação adotado no 3º Conacon garantiu a visualização dos resultados em tempo real, dando mais transparência ao processo.

O Eixo II, que recebeu o maior número de inscrições, foi também o que teve mais propostas aprovadas, quinze no total.

“Esse evento serviu para deixar ainda mais nítida a importância da nossa carreira para a superação da atual crise, que é o grande desafio do país hoje. Foi uma grande oportunidade para pensarmos juntos o futuro das nossas instituições, da carreira de Finanças e Controle e do Sindicato”, observou o presidente do CDS ao fim das atividades.

Conheça a seguir todas as diretrizes.

EIXO I

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA CGU E DA STN EM MEIO À REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO

- 1 Lutar para inscrever a Controladoria-Geral da União (CGU) como órgão constitucional.
- 2 Fazer gestão junto à Controladoria-Geral da União (CGU) e à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no sentido de que estes órgãos assessorem tecnicamente a reforma administrativa, visando a uma solução justa e adequada para reorganização do Estado brasileiro.
- 3 Cobrar para que a Controladoria-Geral da União (CGU) faça parcerias com institutos de certificação profissional, com vistas à qualificação dos Auditores (AFFC) e Técnicos (TFFC) Federais de Finanças e Controle de seu quadro de pessoal.
- 4 Buscar que os trabalhos de comunicação social desenvolvidos pela Controladoria-Geral da União (CGU) sejam extensivos às Unidades Regionais, de forma a dar orientação padronizada quanto à participação em entrevistas, reportagens e na divulgação dos trabalhos.
- 5 Trabalhar para que a Controladoria-Geral da União (CGU) crie e dissemine uma identidade visual para própria.
- 6 Buscar a alteração da Emenda Constitucional (EC) 95/2016 (Teto de Gastos Primários), que restringe os investimentos federais.
- 7 Garantir que a composição dos Conselhos Fiscais de empresas estatais tenha, no mínimo, um representante da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e que as atribuições em lei do Tesouro Nacional nestes Conselhos sejam respeitadas e exercidas exclusivamente pelos servidores desse órgão.
- 8 Articular para que a Controladoria-Geral da União (CGU) fortaleça seus canais de transparência ativa, por meio da criação e veiculação de um painel demonstrando à sociedade, por meio da internet, a quantificação dos benefícios financeiros e não-financeiros oriundos da atuação do órgão.
- 9 Promover, junto à Controladoria-Geral da União (CGU) e à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), eventos públicos com o setor produtivo e com a sociedade civil organizada para dialogar sobre temas afetos aos órgãos e à carreira de Finanças e Controle.

EIXO II

FORTALECIMENTO DA CARREIRA DE FINANÇAS E CONTROLE

- 10 Lutar pela realização de concurso público emergencial para os cargos de Auditor (AFFC) e Técnico (TFFC) Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
- 11 Promover seminários para discutir os impactos das novas tecnologias e da inteligência artificial no serviço público federal e nas atividades da carreira de Finanças e Controle.
- 12 Buscar a regulamentação do art. 247 da Constituição Federal (carreiras de Estado), de modo a trazer garantias adicionais para a carreira de Finanças e Controle.
- 13 Propor ações judiciais referentes à Emenda Constitucional (EC) 103/2019, da reforma da Previdência, em especial no que concerne às alíquotas e às regras de transição.
- 14 Lutar pela flexibilização do cumprimento da jornada de trabalho, e implementar e buscar o aprimoramento do Programa de Gestão por Desempenho (PGD) na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e na Controladoria-Geral da União (CGU), respectivamente.
- 15 Atuar para evitar o congelamento salarial e de progressões durante vigência da Emenda Constitucional (EC) 95/2016 (Teto de Gastos Primários).
- 16 Lutar contra o congelamento de subsídios e progressões, o aviltamento dos salários, o fim da estabilidade, a extinção de cargos e a dilatação da tabela, buscando o fortalecimento da carreira de Finanças e Controle.
- 17 Reservar os cargos estratégicos de Direção e Assessoramento Superior na Controladoria-Geral da União (CGU) e na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) aos ocupantes da carreira de Finanças e Controle. Os processos de seleção para o preenchimento destes cargos deverão se pautar pela transparência, igualdade e isonomia entre os candidatos.
- 18 Atuar junto à Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Congresso Nacional para incluir a carreira de Finanças e Controle na Lei das Indenizações de Fronteira.
- 19 Lutar para que as atribuições em Lei dos Auditores (AFFC) e Técnicos (TFFC) Federais de Finanças e Con-

trole sejam respeitadas e exercidas exclusivamente pelos integrantes da carreira de Finanças e Controle.

- 20 Garantir a carreira de Finanças e Controle no escopo das carreiras típicas de Estado.
- 21 Trabalhar por um programa de formação continuada para Auditores (AFFC) e Técnicos (TFFC) Federais de Finanças e Controle a fim de possibilitar-lhes o cumprimento pleno de suas atribuições.
- 22 Buscar a unicidade da carreira de Finanças e Controle no enquadramento dos cargos em uma mesma Tabela.
- 23 Defender, nas negociações, uma Tabela com correlação salarial de, no mínimo, 70% entre os cargos de Auditor (AFFC) e Técnico (TFFC) Federal de Finanças e Controle.
- 24 Propor mudança da nomenclatura de Técnico Federal de Finanças e Controle (TFFC) para Analista.
- 25 Buscar formas de gerenciamento de pessoal baseadas em produtos e resultados, a fim de aperfeiçoar o controle meramente centrado em jornada presencial.

EIXO III

POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

- 26 O UNACON Sindical deve buscar reaproximar os servidores, ativos e aposentados, da carreira de Finanças e Controle das lutas corporativas e sociais, por meio da integração cultural, esportiva e da construção do espírito de coletividade.
- 27 Fortalecer a presença do UNACON Sindical nas mídias sociais, digitais e impressas visando consolidar a ima-

gem positiva da carreira de Finanças e Controle.

- 28 Manifestar-se regularmente sobre assuntos atinentes à defesa do interesse público no que tange as áreas de atuação da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
- 29 Promover maior racionalização da gestão do UNACON Sindical por meio da cooperação/integração paulatina da estrutura de serviços do sindicato com a de outras entidades de servidores públicos.
- 30 Implantar o UNACON Digital promovendo, de forma continuada, a revisão e o aprimoramento dos seus processos, visando otimizar a participação, a transparência, a comunicação, a tomada de decisão e a prestação de serviços aos filiados.
- 31 Coordenar com as demais entidades representativas, a defesa permanente das Instituições de Estado, buscando o diálogo e a negociação com o Governo e os outros Poderes de forma a garantir o Estado democrático de direito.
- 32 Protagonizar, em parceria com a CGU, a STN e outros órgãos e instituições, ações de promoção à qualidade de vida do servidor, com foco em saúde mental, drogadição e superendividamento.
- 33 Incentivar a participação dos filiados em debates e eventos que abordem temas ligados à política econômica, fiscal e outros relacionados à Carreira.
- 34 Fomentar o debate acerca da responsabilização criminal da gestão da política fiscal e de seus impactos na carreira de Finanças e Controle. ■

3º Conacon supera expectativas; 87% avaliam o evento como ótimo

Participantes foram convidados a classificar programação, organização e estrutura do evento com notas de 1 a 5. Nenhum tópico recebeu avaliação menor que 3.

| | Nota 3 | Nota 4 | Nota 5 |
|------------------------------|--------|--------|--------|
| Localização/Estrutura Física | | 3% | 95% |
| Credenciamento e recepção | | 5% | 94% |
| Logística | 1% | 9% | 88% |
| Palestras | 4% | 22% | 71% |
| Grupos de Trabalho | 8% | 38% | 52% |
| Alimentação | 3% | 16% | 81% |

Congressistas também avaliaram a estrutura e hospitalidade do hotel como excelente.

Opinião dos congressistas

Participantes do 3º Congresso Nacional da Carreira de Finanças e Controle falam sobre o sucesso do evento

O 3º Conacon foi muito produtivo e superou as expectativas.”

Dalvina Macedo - Distrito Federal

É primeira vez que eu participo do Conacon. De modo geral, foi perfeito. As palestras foram extremamente pertinentes e os eixos temáticos também, bem alinhados com a realidade que vivemos.

Maria Esmeralda Rodrigues - Paraíba

O serviço público federal vive momentos de grandes transformações e isso tem implicações na carreira de Finanças e Controle. Nesse processo, o 3º Conacon foi uma grande oportunidade para discutirmos as estratégias a serem adotadas e os rumos a serem seguidos pela carreira em face dessas transformações.”

Antonio Edilberto - Ceará

O 3º Conacon se destacou, principalmente, pelo elevado nível das apresentações feitas por notáveis de diversas formações e alinhamentos teóricos. Essas palestras enriqueceram os debates e as orientações que ao final marcaram as decisões do Congresso.”

Fernando Barbalho - Distrito Federal

Todo o trabalho do 3º Conacon foi desempenhado com sucesso. Agradeço aos colegas de todas as regiões do Brasil que abdicaram suas vidas pessoais, nesse período, em prol do espírito público. Acredito que alcançamos resultados importantes.”

Saul Araújo Andrade - Amapá

O 3º Conacon foi um sucesso. Os grupos de trabalho, onde se discutiram perspectivas para os órgãos, a carreira de Finanças e Controle e o Sindicato, elaboraram propostas que servirão de base para nossas ações nos próximos anos. Enfim, todos os participantes estão de parabéns pela contribuição ao Brasil.”

**Filipe Leão
Bahia**

O Congresso proporcionou ótimos debates sobre questões da carreira e permitiu buscarmos proposições que atendessem Técnicos e Auditores.”

Caetano Rabelo - Santa Catarina

O local, palestrantes e o serviço de buffet estavam perfeitos. As palestras ministradas serviram para ampliar nosso entendimento sobre os desafios do atual cenário, tanto para nossa carreira quanto para as instituições supervisoras.”

Ana Maria Balthar - Rio de Janeiro

O evento foi uma relevante oportunidade para a carreira de atualizar suas prioridades, falhando apenas ao promover debates somente com a visão de uma das partes.”

Paulo Thiebaut - Espírito Santo

O 3º Conacon foi o primeiro que pude participar e fiquei surpreso com o alto nível das discussões e convidados. Uma excelente oportunidade para guiar a atuação do Unacon e nos engajarmos na defesa da nossa carreira e do serviço público de qualidade.”

Flavio Yamashita - Distrito Federal

Foi uma oportunidade de reunirmos os colegas que estão espalhados por todo o país para debater temas pertinentes. Quem ganha com isso é toda a carreira, o serviço público federal e o Brasil.

Carlos Leite - Rio Grande do Sul



O 3º Conacon possibilitou que pessoas de vários estados da federação sentassem juntas para pensar na carreira, no Brasil e em todo o serviço público. Destaco, ainda, as palestras de alto nível, que levaram aos congressistas uma percepção mais ampla sobre a economia do país e o futuro da Administração. ”

Luiz Alberto Vieira Filho
Distrito Federal











SINDICATO NACIONAL DOS
AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS
DE FINANÇAS E CONTROLE

